

Jornal de

CRP São Paulo

NÚMERO 113

NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 1998

ANO 17

Mistérios marcam cem anos do Juquery



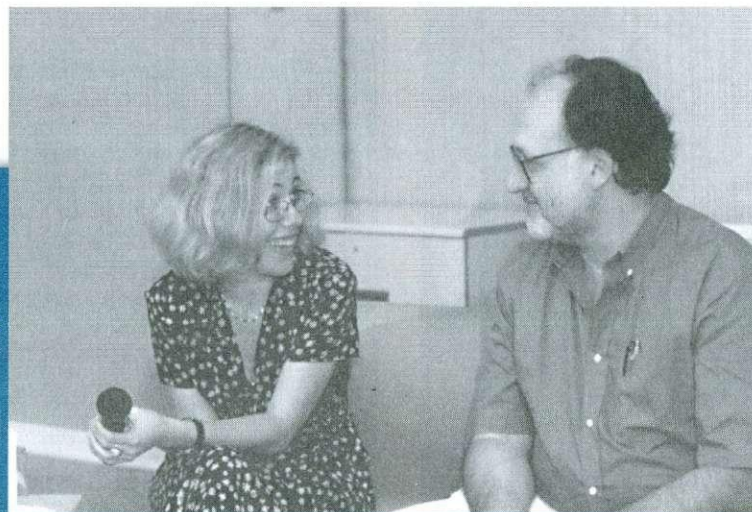
Psicólogos criam a Abep e discutem seus estatutos

Associação Brasileira de Ensino de Psicologia traz à cena atores que pensam conjuntamente o tema. Comissão Gestora de Transição organiza discussões.
Página 12

*Juquery - Um Século de Mortes e Impunidades. Nesta edição, o Jornal do CRP-São Paulo mostra a realidade do centenário do manicômio.
Páginas 6 e 7*

Projeto Diálogos entrevista Antonio Lancetti

Ele narra aos psicólogos experiências transformadoras de que participou e conta seu trajeto profissional desde que decidiu estudar Psicologia. A entrevista foi filmada e está disponível.
Páginas 4 e 5



Expediente

Jornal de
CRP São Paulo

SEDE CRP-SÃO PAULO

Rua Borges Lagoa, 74 - Vila Mariana
04038-004 - São Paulo - SP
telefone: (011) 574-7133
fax: (011) 575-0857

E-mails

Informações - info@crpsp.org.br
Centro de Orientação -
orientacao@crpsp.org.br
Administração - admin@crpsp.org.br
Jornal do CRP-São Paulo -
jornal@crpsp.org.br

Home page

http://crpsp.org.br
ou http://www.crpsp.org.br

Comissão de Comunicação

Odair Furtado
Vania Conselheiro Sequeira
Inez Guimarães Pistelli
Rafaela Cocchiola
Elizabeth Arouca

Jornalista Responsável

Claudia Barcellos - MTB 23067

Textos

Comissão de Comunicação
e Claudia Barcellos

Revisão

Tatiana Buff

Fotos

Márcia Zoet - Agência Argos

Diagramação e Editoração Eletrônica

Digital Artes (011) 3105-6098

Impressão

Bangraf

Tiragem

40.000 exemplares

Periodicidade

bimestral

Conselho Regional de Psicologia

Diretoria

E-mail direcao@crpsp.org.br
Presidente **Lumêna Almeida Castro Furtado**
Vice-Presidente **Odair Furtado**
Secretário **Alexandre Nicolau Luccas**
Tesorero **Rogério Izidra Duran**

Conselheiros Efetivos

André Isnard Leonardi, Bronia Liebesny,
Carmem Sílvia Taverna, Kátia Rubio, Lellane
Glíscio Moreira, Odette de Godoy Pinheiro,
Paulo Roberto de Camargo, Rachel Contrucci
Alvim, Sandra Maria Sawaya, Vânia
Conselheiro Sequeira e Wanda Maria
Junqueira Neves.

Conselheiros Suplentes

Ana Stella Álvares Cruz, Adalberto Botarrelli,
Carla Bertuol, Edinilton Santa Rosa, Elisa Sayeg,
Inez Guimarães Pistelli, José Siqueira de Brito
Lyra, Márcia Cabral Meireles, Maria Regina
Namura, Mariângela Aoki, Milton Baldon,
Rafaela Cocchiola, Sérgio Ozella, Suell Pereira
Pinto e Valéria Pereira

Vivemos um momento nacional de incertezas: ameaças de aumento da recessão e desemprego e também certa turbulência política causada por denúncias ainda não explicadas. Sentimos no nosso cotidiano profissional a repercussão do agravamento da crise social: cresce o já alarmante contingente de excluídos do mínimo que se pode chamar de 'sobrevivência' e há um assustador achatamento na qualidade de vida em geral. Esse contexto político-social exige de cada um de nós alguma manifestação e certo posicionamento.

Inseridos nesta conjuntura, iniciamos há pouco mais de um mês nossa gestão frente ao Conselho

Regional de Psicologia com **um desafio que se transformou no nosso primeiro compromisso: abrir o Conselho para todos os psicólogos!**

Só assim ele poderá tornar-se um espaço de aglutinação de diferentes segmentos, posições e um lugar privilegiado de inserção dos psicólogos na luta por uma sociedade mais justa e solidária.

Em algumas seções do jornal vocês poderão acompanhar a construção do nosso plano de trabalho, os diferentes projetos já em andamento, aqueles em construção... **Cada um de nós poderá engajar-se** para também trazer sua contribuição. Esta é nossa primeira meta: criar espaços e oportunidades para que seu cotidiano possa refletir-se no Conselho e para

que o trabalho dele ajude a qualificar nossa intervenção profissional.

Somos muitos, quase 40 mil psicólogos em atividade, e cada um de nós tem suas preocupações, idéias, projetos. Venha discutí-los conosco na Sede ou em uma das oito Subsedes espalhadas pelo Estado. Queremos **fortalecer a organização da categoria** nas Subsedes porque elas estão mais perto de você que mora no interior. O Conselho possibilita-nos um trabalho mais permanente, de reflexão continuada e produção conjunta de estratégias de ação e não apenas a participação esporádica em eventos.

Lumêna Almeida Castro Furtado
Conselheira Presidente

Direitos Humanos

CRP-SÃO PAULO INSTALA COMISSÃO

A Declaração Universal dos Direitos Humanos completou 50 anos em 10 de dezembro de 1998. Para ampliar o diálogo da Psicologia com os problemas sociais, o CRP-São Paulo, em consonância com o Conselho Federal de Psicologia, instalou na data do aniversário da Declaração a *Comissão de Direitos Humanos*.

Este é mais um passo na consolidação de um modelo de Psicologia atuante, que está presente onde quer que haja sofrimento, como na violação de qualquer um dos direitos humanos, contribuindo para a transformação social e para a defesa da cidadania.

A Associação Ibero-Americana de Psicologia Jurídica e a Universidade Presbiteriana Mackenzie, por meio da Faculdade de Psicologia, promovem entre 24 e 27 de agosto de 1999 o **III Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica**, no campus da Universidade.

A Comissão Científica estará recebendo o resumo dos trabalhos de pesquisa e estudos até 5 de março de 99.

MAIS INFORMAÇÕES
Telefone/fax (011) 236-8342
Rua Itambé, 135 - Higienópolis
01239-902 - São Paulo/SP.

Cartas

SUBSEDE DE RIBEIRÃO PRETO

A Subsede de Ribeirão Preto do CRP-São Paulo participou do *Encontro Multidisciplinar sobre Ética e Violência Doméstica*, realizado em 18 de novembro. Organizado pelo Centro de Estudo e Prevenção da Violência Doméstica contra a Criança e o Adolescente - Ceprev, o encontro proporcionou espaço para reflexão em torno das questões que envolvem a violência doméstica e intra-familiar na

prática da Psicologia, estimulando o debate sobre postura ética e compromisso profissional diante de casos de vitimização de crianças e adolescentes e fomentando a discussão multidisciplinar sobre as formas da denúncia de violência doméstica e suas implicações no campo jurídico e social.

Ana Paula Pereira Jardim
Membro da Comissão Gestora

ARMAS, TERROR, DITADURA E PINOCHET

O ex-ditador Augusto Pinochet governou o Chile durante 17 anos no estilo dos piores ditadores latino-americanos. Depois de ter cometido muitos crimes, Pinochet finalmente está sendo acusado de tortura e assassinato de milhares de pessoas, perseguição e terrorismo contra seus oponentes políticos e expulsão, por ostracismo, de qualquer cidadão que, de alguma maneira, tenha se manifestado contrário à sua ditadura.

Congratulamo-nos com os democratas europeus pela iniciativa de submeter o ditador a processo de julgamento já que, por extensão, colocam no banco dos réus todo tipo de governante que comete os mesmos crimes; congratulamo-nos com o juiz espanhol que foi o primeiro a exigir justiça em nome do terrível sofrimento de milhões de chilenos, vítimas do regime Pinochet.

Congratulamo-nos, igualmente,

com a justiça britânica, por ter dado o passo inicial para que o processo fosse encaminhado, abrindo, assim, um precedente precioso para que, no futuro, estes ditadores do poder absoluto, inimigos da liberdade e justiça social, sejam julgados por tribunais internacionais e para que a sociedade possa acabar com a impunidade de que gozam.

Julgar um criminoso que acredita estar acima da lei porque conta com a força das armas e com o terror da brutalidade é uma belíssima lição histórica. As pessoas que sofrem o terror de viver sob regimes ditatoriais e aquelas que compreendem o significado das perdas das liberdades e direitos fundamentais do homem não podem omitir-se nesta ocasião.

Sociedade Brasileira de
Psicologia Humanista-Existencial
Emílio Romero Lopez
Josefina Daniel Piccino
Diretor Presidente
Diretora Executiva

Os psicólogos estão desde já convidadas a enviar notas sobre participação em eventos que contribuam para o aprimoramento do exercício profissional.

O Psicólogo, a Crise Econômica e as Formas de Subjetivação

Estamos vivendo sob a égide do neoliberalismo. Para muitos, isto pode significar reorganização econômica e política, para melhor situar o Brasil no mercado internacional.

Para nós significa estar sob a égide da exclusão, da fragmentação social e do aprofundamento das desigualdades sociais. Significa desemprego e adoecimento; significa sucateamento dos serviços de educação e saúde. Significa que tudo caminha na direção inversa dos nossos esforços profissionais de promoção de saúde.

Este é o texto apresentado pela plataforma política da chapa *Um Conselho para Cuidar da Profissão*, que foi eleita para a atual gestão do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. É sua referência à conjuntura econômica e aponta para o período de organização do modelo econômico que se generalizou a partir do *Consenso de Washington*.

O modelo Neoliberal é implantado como resposta à crise recessiva dos anos 80 e a partir do governo conservador de Margareth Thatcher esta política se instala na Inglaterra e ganha simpatia dos governos conservadores, tanto da Europa quanto dos Estados Unidos.

Aos poucos os países periféricos ao grande capital vão sendo obrigados – via FMI ou pressão política – a adotar o receituário que implica em privatização, ajuste fiscal, redução dos gastos sociais (fim da política do *welfare state*) e redução das restrições alfandegárias (abertura dos portos). O Brasil adota este modelo desde o Governo Collor, mas é com o governo Fernando Henrique que o ideário neoliberal é aplicado integralmente e praticamente sem resistência.

O resultado é bastante conhecido: recuo acentuado do processo inflacionário, desequilíbrio da balança comercial (resultado da taxa de câmbio controlada) e desaceleração da economia. A decorrência é claramente sentida no nosso dia-a-dia. A volta do crediário, a presença do produto importado e do desemprego.

Acrescente a este cenário o processo de globalização da economia, resultado da nova divisão internacional do trabalho (passagem do modelo taylorista-fordista para o modelo toyotista) com o advento da flexibilização da produção e a introdução do conceito do trabalhador polivalente.

Considere que a globalização da economia inclui também um fenômeno, que é a presença do *capital volátil*, dinheiro do sistema financeiro mundial que percorre o planeta em busca de maior rentabilidade e transforma as bolsas de valores dos países periféricos num verdadeiro cassino planetário. O capital financeiro entra aos poucos, mas pode sair de uma vez só, como

vimos recentemente na crise que se iniciou na Rússia e que chega ao Brasil, obrigando o governo a submeter-se às ordens do FMI e do sistema financeiro internacional – Banco Mundial, BID, governo norte-americano.

Convenhamos, não estamos apresentando nenhuma grande novidade ou nada que não possa ser lido nos cadernos econômicos dos grandes jornais brasileiros. E ainda fica a pergunta: O que nós, psicólogos, temos com isso?

A resposta a esta questão também, nesta altura dos acontecimentos, já está se tornando dura realidade. Os clientes de nossos consultórios se rarefazem, as instituições sociais que contratam psicólogos estão fechadas, as empresas terceirizam seus departamentos de Recursos Humanos, as escolas particulares nas

quais trabalha o psicólogo passam por dificuldades financeiras, acaba a psicologia no Ensino Médio, depois da implantação da nova LDB.

Este quadro coloca-nos numa situação bastante delicada e agrava condições profissionais já precárias. A partir da metade dos anos 70, a abertura de escolas de psicologia tornou-se um negócio rentável. No final daquela década, tínhamos cerca de 25 escolas de psicologia funcionando em todo o Estado de São Paulo. Antes disso, era possível contar nos dedos os cursos que formavam psicólogos. Este fenômeno colocou um contingente de profissionais que saltou para mais de 40 mil até o presente momento.

Em 1995, o CRP-São Paulo realizou um amplo processo de recadastramento profissional dos psicólogos, que permitiu traçar o perfil da atuação profissional do psicólogo.

A maior parte trabalha em mais de um lugar e, destes, boa parte se dedica a um emprego assalariado e ao trabalho em consultório. Isto significa duas coisas: o psicólogo não se mantém somente com o trabalho no consultório e não há emprego suficiente para absorver o psicólogo, além do seu trabalho como profissional liberal.

Em consequência, vemos um esgotamento do mercado de trabalho e a busca desorganizada de alternativas. É o caso de uma *home page* na Internet de uma bruxa (sim, é isto mesmo, uma bruxa!) que garante estar qualificada para

suas bruxarias porque também é psicóloga. O fato é que a economia não cresceu nas duas

últimas décadas o suficiente para garantir poder de consumo para a classe média – usuária do serviço psicológico na clínica particular.

Com a falta de investimento público na área de saúde, que diminui também nosso mercado de trabalho, o fechamento do mercado nas empresas e instituições de ensino e, ainda, o aumento do número de escolas que formam psicólogos, temos um quadro que explica como ocorre essa desorganização e propicia um esquema de *salve-se quem puder*, que produz distorções e agressões ao campo da ética profissional, e representa presa fácil dos modismos da subjetividade. Estes modismos, por seu turno, representam mercado fértil para os meios de comunicação de massa por meio de programas de TV do estilo *Ratinho Livre*, *Márcia* e congêneres, revistas que oferecem receitas de prazer sexual em lições didáticas, ou ainda o mercado de livros de auto-ajuda.

Não vai aqui uma crítica específica aos programas, artigos ou livros mencionados. Todos eles fazem parte de uma forma de expressão da subjetividade dos tempos atuais e representam a consequência desta forma de subjetivação, que, em última instância, como diria Felix Guattari, são as formas *capitalísticas* de subjetivação (veja *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*, deste autor).

Entretanto, tal esquema captura aquele psicólogo que luta para se colocar no mercado de trabalho e não tem critérios para desmontar a máquina consumista (que na realidade é uma máquina produtora de ideologia) que está conectando essas produções de alternativas. Há uma nova ética sendo engendrada, que se expressa nos meios de comunicação de massa e nas novas formas de subjetivação da religiosidade. Se as classes populares atendem ao apelo eletrô-

nico-messiânico que promete a salvação financeira e o reino dos céus, a classe média atende ao apelo cibernético-terapêutico como o oferecido pela bruxa simpática, que promete aplacar a angústia (com uma pequena ajuda da racionalidade psicológica).

Trata-se, na realidade, de sintomas. Sintomas da desagregação social e do mercado profissional, dos efeitos da política econômica e da falta de resposta das teorias psicológicas. Evidentemente, o psicólogo tem buscado outras alternativas, reconstruindo um campo ético-profissional que permita atuação profissional eficiente e digna. Mas é necessário abriremos uma intensa e profunda discussão sobre o assunto, isto é uma verdade insofismável.

O Jornal do CRP-São Paulo é um espaço que está aberto para a produção deste debate e à busca de alternativas, tanto para o psicólogo como para a Psicologia. Esta era a intenção primeira quando nos candidatamos e um objetivo agora ao qual estamos dirigindo esta entidade. Esperamos poder contar com todos vocês!

O Brasil adota este modelo desde o governo Collor, mas é com FHC que o ideário neoliberal é aplicado integralmente e praticamente sem resistência

A maior parte trabalha em mais de um lugar e, destes, boa parte dedica-se a um emprego assalariado e ao trabalho em consultório

Há uma nova ética sendo engendrada, que se expressa nos meios de comunicação de massa e nas novas formas de subjetivação da religiosidade

Projeto Diálogos é inaugurado com entrevista de Antonio Lancetti

O psicólogo revela ao CRP-São Paulo as experiências que adquiriu ao longo de todo seu percurso profissional e faz leitura crítica da Psicologia na sociedade contemporânea



Na noite de 24 de novembro, o CRP-São Paulo recebeu o psicólogo Antonio Lancetti para uma entrevista diversa dos moldes tradicionais. Os Conselheiros Lumêna Almeida Castro Furtado, Inez Guimarães Pistelli, Odair Furtado e Wanda Maria Junqueira Neves conversaram por mais de duas horas com Lancetti, no auditório da nova sede do Conselho. A entrevista marcou o início do Projeto Diálogos. Os melhores e mais empolgantes diálogos deste encontro – que foi filmado e pode ser visto por quem se interessar – você confere agora.

Lumêna – Estamos iniciando hoje o Projeto Diálogos, um projeto do CRP-São Paulo que visa a registrar a história da Psicologia de um jeito diferente daquele que temos acompanhado. É o registro que se dará por meio da história de alguns psicólogos que têm expressão na categoria, na sociedade, na vida profissional, expressão política e técnica. Hoje é o primeiro dia de uma série de entrevistas e nós estamos aqui com Antonio Lancetti, psicólogo argentino que está no Brasil há bastante tempo e vai conversar conosco sobre sua vida na Psicologia e sua vida de modo geral.

Lumêna – O que você tem feito neste momento, como é que se coloca hoje na profissão?

Lancetti – Estou coordenando o Programa de Saúde Mental do Projeto Qualis, um projeto de saúde da família, e dando algumas consultorias em Porto Alegre, para o Unicef e outros trabalhos institucionais. Nosso projeto do Programa de Saúde Mental é bastante novo e não utiliza nenhum dos dispositivos da Psiquiatria ou da Saúde Mental. Atende a cerca de 180 mil pessoas em São Paulo, tem um ambulatório em cada local e unidades de saúde com equipes compostas por médico de família, enfermeiro, dois auxiliares e quatro agentes comunitários. Não existe consulta psicológica nem psiquiátrica. As famílias são visitadas de surpresa para evitar a demanda e ter poder maior de intervenção nos grupos familiares. Em vez de resolver o problema da família internando o paciente, ajudamos a família para que a família ajude a pessoa. Isso nós chamamos de Projeto Terapêutico Pedagógico. Mas não existe a instituição da Psiquiatria nem da Psicologia. De certa maneira é uma traição à Psicologia, talvez à burocratização ou ao

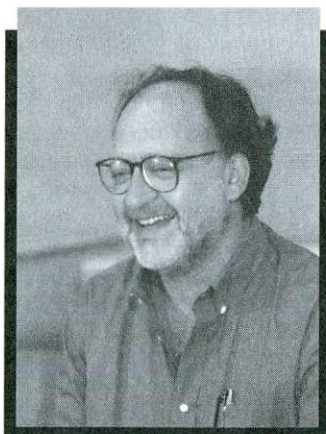
corporativismo tradicionais. Psiquiatras compõem a equipe com o desafio de não distinguir entre saúde mental e saúde física.

Odair – Como é que fica a história do setting neste trabalho?

Lancetti – Os momentos mais importantes de um processo terapêutico são aqueles em que se rompe o setting. Em Santos, a clínica era inerente ao processo de desmontagem manicomial, de desinstitucionalização. O problema do setting é que os protocolos clínicos que nós temos, a Psiquiatria, a Psicanálise e a Psicologia, muitas vezes fracassam. Propõem-se dispositivos que não têm nada que ver com a vida das pessoas. Quando você afirma o setting ao entrevistante, você condena o sujeito à inviabilidade desejante, tudo o que ele faz é remetido ao passado. É uma concepção arqueológica das terapias e da análise. Era o que Félix Guattari chamava de paciente produtivo e a estratégia cartográfica, não arqueológica. O que o sujeito produz é o que realiza. Isso se exagera quando você tem que acabar com a cela forte, quando organiza o espaço e ordena os tempos de outra maneira. Se você não mexe aí não mexe em nada. Para nós, o paciente é o grupo familiar inteiro.

Inez – O que o Qualis faz em atendimento à Aids?

Lancetti – Não há um programa



“ A experimentação no campo da Psicologia é fundamental, porque senão é muito entediante nosso dia-a-dia ”

isolado para a Aids. Conheço algumas pessoas HIV positivas que estão sendo atendidas. Existem regras universais, mas em cada unidade se criam coisas diferentes. Você vai num lugar e faz um grupo de caminhada, se juntam deprimidos com hipertensos, psicóticos que não se ligavam a nada e caminham juntos... Cada coletivo vai gerando sua própria produção.

Odair – Você falou a respeito da experiência de Santos. Qual o balanço que você faz dos oito anos desta experiência?

Lancetti – Para mim foi uma experiência fantástica, talvez os oito anos mais intensos da minha experiência profissional. Comecei a trabalhar no Programa de Saúde Mental antes da intervenção, depois fui secretário da Ação Comunitária. Foi lá que se instituiu a primeira cidade sem manicômios no Brasil. Serão discutidos em um congresso, em maio ou junho do ano que vem, em que o CRP participa como organizador, os dez anos da intervenção da Casa de Saúde Anchieta, para irradiar outras discussões. Foi lá que houve os primeiros programas de internação domiciliar, que fizemos experiências culturais, grandes mexidas na cidade... Era muito tenso, a cidade é muito conservadora e nós éramos forasteiros. Havia resistência, ódio e ressentimento por parte de algumas pessoas e setores.

Lumêna – O Projeto Meninas, como você resumiria para a gente?

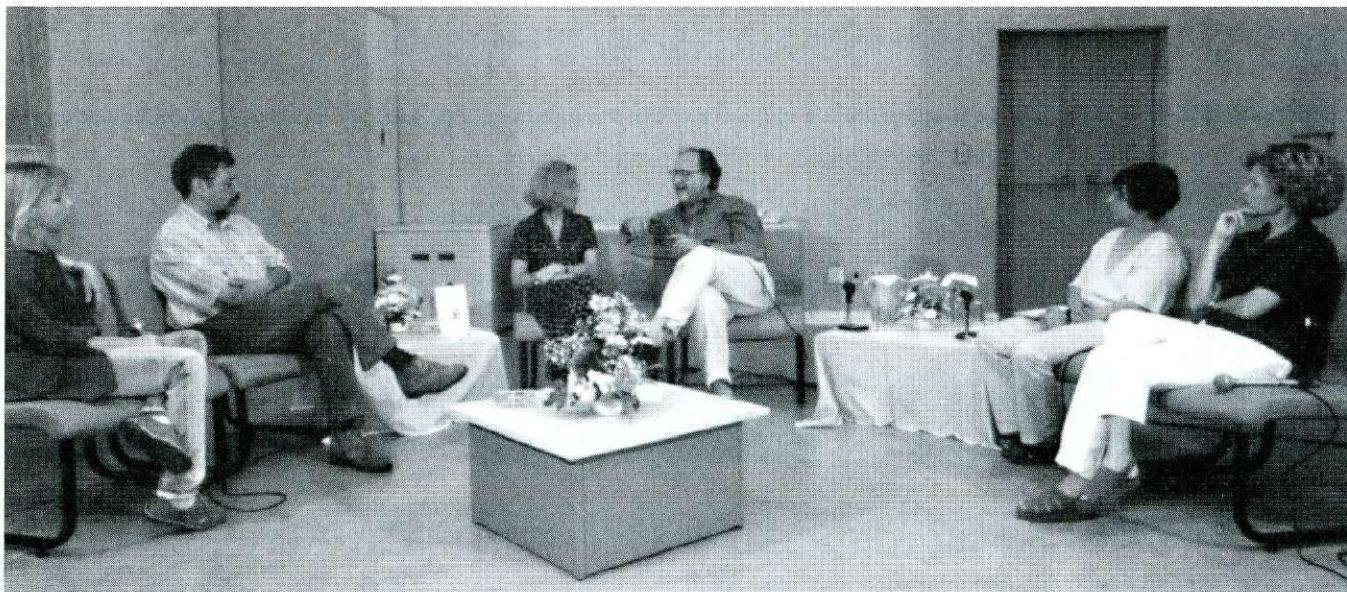
Lancetti – Era um projeto em que as meninas eram contatadas na zona de meretrício. Uma mulher, prostituta, trabalhava como monitora e educadora, chegava até as meninas, convidava-as para ir ao Centro de Referência. Elas entravam pela oficina de beleza e depois iam se criando diversas oficinas. Tinha um time de futebol, oficinas de sexualidade, chamavam médicos e promotores para discutir direito, gravidez. Tudo era muito bonito, cuidado, muito acompanhado. Era exatamente esta proposta estética que atraía as meninas. Havia 80% delas nas escolas e a procura profissional também era uma coisa muito valorizada. Você percebia as mudanças, via como essas meninas se transformavam em mulheres, e com isso se tornavam mais dignas e fortalecidas.

Odair – A Casa de Inverno foi uma intervenção de desinstitucionalização do serviço social ou o campo de intervenção foi a própria cidade de Santos?

Lancetti – A Casa de Inverno ficou na memória de todos os moleques de rua de Santos. Partimos da idéia de que era preciso primeiro fazer e depois pensar, a famosa história de se forçar a pensar. Começou pelas crianças, mas se abriu para toda a população de rua. Não tínhamos revista, as pessoas chegavam e eram recebidas em grupo. Havia um mínimo de funcionários, ou seja, limpeza, comida, tudo era feito pelos moradores. Esta era a idéia central. Com a organização dos coletivos, as assembléias e outras iniciativas, a gente intensificava a vida coletiva dessas pessoas, e ia ser uma experiência de reabilitação importante. E foi mesmo. Era muito intenso, as assembléias eram diárias, a grande ferramenta, todas as noites. Nós tivemos relatada uma briga entre meninos e homens de rua, eles não se davam bem, houve um confronto de rua com intervenção de polícia. Esse confronto deu a dimensão de poder intervir com energia e sem polícia. Isso foi marcante, nos deu autoridade, podíamos enfrentá-los. E quando chegou polícia nós falamos “você aqui não entram”.

Odair – Qual foi o resultado em termos metodológicos? O que essa experiência ensina?

Lancetti – A experiência da reforma psiquiátrica foi muito importante porque a metodologia que aprendemos ali serviu para pensarmos os programas pedagógicos dos meninos de rua, por exemplo a Escola de Verão, primeira escola acelerada. Todas as crianças problemáticas da cidade que queriam se recuperar passaram um mês de verão estudando e a escola trabalhou sem nenhum dos métodos, sem nenhum dos impositivos comuns. Não tinha supervisor, nem guarda, nem polícia. Criamos o pronto-socorro pedagógico, composto por uma equipe que resolvia problemas singulares com soluções singulares. A adesão foi enorme, as crianças gostavam muito. O importante da experiência é o que aconteceu, o que aprendemos. Nós não éramos metódicos, mas éramos rigorosos. Porque quando você é crítico, você é obrigado, por uma questão de ética, a dizer “se assim não funciona, como funciona?”



Inez, Odair, Lumêna, Lancetti, Claudia e Wanda (esq. para dir.)

Odair - Você acompanhou a seqüência do trabalho? Ele foi desmontado, se instalou uma nova cultura?

Lancetti - Os serviços em si não foram desmontados, por causa do prestígio que têm na cidade. Mudou o secretário de Saúde em Santos, ele diz que vai mudar o nome das policlínicas. Mas os Naps não fecharam, o que foi morrendo foi a alma deles, o entusiasmo. Eu acho que isso foi muito importante em relação à intervenção na Casa de Saúde Anchieta, porque eu me lembro de que no dia 29 de abril de 1989 nós nos reunimos o dia inteiro para decidir como seria a intervenção. Dependia do Conselho Político e, em última instância, de que a prefeita topasse fazer a intervenção. Tínhamos preparado tudo, mas dependíamos da aprovação. O grupo se dividiu, metade queria e outra metade não, achava que a intervenção era muito perigosa, a opinião pública poderia ficar contra. A prefeita teria a última palavra. Ela chamou o Davi Capistrano e falou "gostei, vamos em frente". Voltamos para São Paulo, e no dia seguinte, fui carregando todo o povo. De manhã estávamos lá, entrando, foi fantástico. Na ala feminina, aquelas mulheres em cima da prefeita Telma de Souza, foi uma coisa linda, inesquecível. Elas diziam "você veio nos libertar".

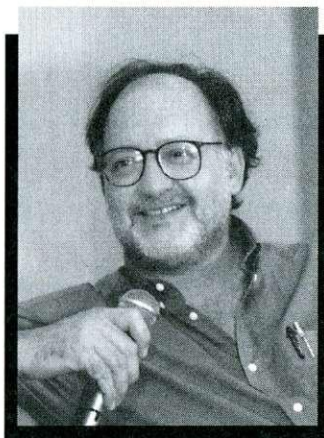
Lumêna - Como você enxerga a inserção dos profissionais neste momento de um certo refluxo político?

Lancetti - Tem pessoas que se enfraquecem muito, é lamentável que isso aconteça, porque a gente pode fazer outras coisas. É uma derrota, mas isso não significa que você não possa estar em outro lugar inventando outra coisa, resistindo ou expandindo o que você aprendeu em outra experiência.

Inez - Existe uma crítica de que Santos, com essa concepção antimanicomial, não foi capaz de acabar com o Anchieta. Vocês acabaram com essa lógica manicomial, conseguiram criar um caldo de cultura para novos movimentos?

Lancetti - Em 94 se fechou o Anchieta, não existiu mais. Lá funcionou, no mesmo prédio, o Naps (Núcleo de Assistência Psico-social), a lavanderia, depois se criou um núcleo de assistência a drogados. Fizemos uma escola experimental, fizemos a intervenção da intervenção, foi um grande

happening. Saíram os últimos pacientes, os crônicos, eram 14 pessoas que foram morar em uma casa. No dia seguinte a gente chegou com a molecada de rua, fiz uma reunião e falei "o que vamos fazer desse espaço?" Os manicômios de Parma, de Trieste, não fecharam. As pessoas acham que, como nós somos anti-manicomial, pensamos menos. É o contrário. O sujeito que aprende certos rituais e se analisa vira um psicanalista. Desculpem os psicanalistas, mas as situações que eles enfrentam são muito menos complicadas. Vai lidar com o chefe do tráfico da favela, que te chama para discutir o que está acontecendo com a vida dele. Você vai ver que



“ Os momentos mais importantes de um processo terapêutico são aqueles em que se rompe o setting ”

é um pouco mais difícil e arriscado do que tratar paciente de consultório. Além de arriscado, difícil.

Odair - A sua formação é psicanalítica? Como é que você juntou com a questão institucional?

Lancetti - Na Argentina eu era militante estudantil. Comecei a ler Freud e achei interessante. Estudava Engenharia e não podia voltar à faculdade por segurança. Acabei estudando Psicologia. Mas era primeiro psicanálise, depois Psicologia. A gente fazia grupos de estudo, estudava Marx... Quando veio o golpe militar, as pessoas estudavam Heidegger, Hegel e Lacan. Acho que o lacanismo teve muito a ver com o processo da ditadura militar na Argentina.

Um dia chegaram tanques ao serviço. Chamava *Serviço de Psicopatologia*, num hospital municipal em que eu trabalhava. A gente lutava para trabalhar nos hospitais públicos. Sou de uma geração assim. E o mais valorizado, se você quisesse ter prestígio, ter um consultório algum dia, era ser um bom clínico em hospital público. Havia briga para trabalhar de graça, trabalhava dobrado para poder sustentar análise e supervisão. Chegaram os tanques para levar um companheiro de partido da Faculdade de Psicologia. Houve muita repressão, a gente vivia numa situação de tensão. Mas tudo era muito psicanalítico. Toda a nossa carreira era orientada para a clínica, mas a crítica política já estava presente e a Plataforma foi a primeira ruptura por motivos políticos. Plataforma é um grupo de pessoas que saiu da Associação Psicanalítica, por críticas ao elitismo e às concepções teóricas. Depois trabalhei com outros argentinos, fui professor do Instituto Brasileiro de Psicanálise no Rio de Janeiro, comecei as reuniões da rede alternativa da Psiquiatria, fundamos o Grupo de Saúde Mental do PT. O CRP esteve participando de todas essas coisas, de maneiras diferentes, mas sempre participo.

Odair - Por que isso não ocorreu em São Paulo? Você atribui isso a um conservadorismo da Psicanálise em São Paulo?

Lancetti - Dizem que os psicanalistas são mais conservadores do que os outros, que é uma sociedade que menos se dividiu, que menos produz teoricamente, mas cobra. Tem também os progressistas, para os quais o social entra como culpa, que se vangloriam porque vão fazer trabalho público... Quando entrei no Sedes minha entrada não foi bem vista, nem na PUC. No Rio era mais fácil, mas eu achava interessante morar em São Paulo, tinha alguns amigos aqui, estava fundando o PT... São Paulo tinha alguma coisa que me atraía. A mãe Cristina gostava muito de nós, foi um prazer conhecê-la. Ela nunca deixava de apoiar qualquer iniciativa que fosse nova. O que eu tentei passar para as pessoas mais novas era essa idéia de que o serviço público é mais arrojado, porque as experiências que se podem fazer no campo, nas favelas, são muito mais interessantes do

que em Higienópolis. A experimentação no campo da Psicologia é fundamental, porque senão é muito entediante o nosso dia-a-dia. Claro que eu acho que tudo isso deve ser combinado com o que você aprende. Mas aprendemos a distinção entre pensar e obedecer. Muitas pessoas que obedecem demais têm medo de viver uma experiência. Eu acho péssimo aquelas pessoas que fazem diversas experiências para reafirmar a sua rede de divãs de poderes. Pode ser mais seguro do ponto de vista profissional. Fechar o consultório quando fui à Santos foi um péssimo negócio. Mas e a aventura, e o que eu aprendi? Teria feito, se tivesse ficado resguardando o lugar, o prestígio? Então isso é outra coisa que é importante falar para os mais novos: o fato de que você esteja trabalhando com pobres não significa que o objetivo não seja rico, ou que a experiência não possa ser rica, que você não possa aprender. Acho que nós temos que ter rigor, mas esse rigor tem que ser processado passo a passo. Se algum lugar ocupamos ainda nesta aldeia, eu acho que o psicólogo deveria ser capaz de escutar e intervir, se é que escutar não se reduz a uma persona, a uma profissão.

Odair - Você tem consultório? Como é que você coaduna a tua visão política com o trabalho no consultório, que tem uma característica mais tradicional?

Lancetti - Eu fui para Santos e larguei a clínica - acho que não larguei, que foram outras experiências. Perdemos o governo e voltei para São Paulo, embora continue com um pé em Santos, trabalhando para uma ONG (Organização Não Governamental), que atende a meninos. Todo mundo desesperado para trazer os meninos e lá eles vão sem que ninguém os busque. Eu voltei para a clínica agora porque é uma experiência extraordinária, eu gosto de atender, não muito, mas eu gosto... É uma paixão de atender a alguns pacientes. Além das instituições, as experiências de formação analítica também mudaram alguma coisa no consultório, espero que para melhor, que seja mais interessante ou mais produtiva a relação com os pacientes. A psicanálise é uma experiência existencial, singular, rica... O ato clínico é também um ato político. Na maior parte das vezes ela é conservadora, pelas características da intervenção. Qualquer experiência pode ser brilhante, no consultório também. Eu tenho boas experiências de análises próprias e de pacientes que eu acho que me alimentam. A gente se trata também com os pacientes.

Lumêna - Esse livro (Infância e Cidadania na América Latina, de Emilio García Méndez, que inaugura a Coleção Criançaria) que você nos mostrou no início da conversa, parece que ele é o início de uma coleção nova da Hucitec. O que que é exatamente 'criançaria'?

Lancetti - A 'criançaria' é uma experiência editorial que eu criei com companheiros. Depois comecei a trabalhar na área da infância, me entusiasmei. Tive a idéia de criar uma coleção para a área. Só tem dois títulos, por enquanto estamos analisando outros.



Fotos: Denise Corrêa/Ag. Argos

Cem anos mostrando do Juquery

**Natimortos, se-
crianças, adolescen-
tampados e
cemitério cla-
do h**

O Jornal do CRP-São Paulo, ecoando e participando da investigação iniciada pelo ato Juquery - Um Século de Mortes e Impunidades, faz esta retrospectiva do real centenário do manicômio, cuja história é habitada por mistérios e fantasmas de milhares de mortos.

Em 18 de maio de 1898, nascia o maior hospital psiquiátrico do Brasil. A primeira colônia agrícola do **Asylo de Alienados do Juquery** abria suas portas para abrigar os mais diversos tipos de excluídos da sociedade de então: eram 80 pessoas, entre mendigos, marginais, negros e doentes mentais. *O nascimento do Juquery inaugura a medicina alienista de aviltamento científico e ocorre num cenário republicano ligado ao mercado, transparecendo a característica higienista do momento - que tem como traço o conceito de limpar as ruas, sanear a imagem e o espaço urbanos, tirando da vista tudo que implique em estorvo à produção: prostitutas, mendigos, pobres, negros, enfim, um 'pool' de pessoas que não respondia à produção, representante de um proletariado degenerado.* A história é narrada por Isabel Cristina Lopes, psicóloga e fundadora da Associação SOS Saúde Mental, uma ONG

que, ao lado de outras entidades integrantes do Movimento Nacional de Luta Antimanicomial, trabalha no desmascaramento das festividades que se vêm promovendo por ocasião do aniversário da instituição.

"Os imigrantes passavam por um período de quarentena, chegavam aos milhares, atraídos pelo chamamento de ter terras, conquistar o país. Quando se percebia que algum deles não era aproveitável para a produção, portava problemas físicos ou mentais, ele era convidado a voltar ao seu país de origem. Caso não dispusesse de dinheiro para fazê-lo, poderia ser sumariamente jogado no hospital psiquiátrico, que, assim, afirma-se como um espaço asilar de convergência de todos os que eram considerados 'improdutivos', o que é sinal de uma lógica eugenista". A segregação continua. O lado oculto do Juquery só aos poucos vem à luz.

Desesperança e morte

Hoje, passados cem anos, o perfil dos internos do Juquery, instituição idealizada pelo psiquiatra Franco da Rocha, não é muito diferente. Dos 1.670 pacientes, apenas 25% são apontados como 'doentes mentais'. Internados há muitas décadas, passam a vida na mais completa ociosidade, deslocando-se apenas para cumprir atividades vitais como comer, dormir e, esporadicamente, tomar banho de sol. As queixas de má alimentação e falta de higiene ainda são uma constante. Perspectiva alguma, melhoras tímidas. Neste século de desesperança, não há o que comemorar.

Apesar de aparentemente mais civilizada, a sociedade ainda não consegue conviver com aqueles que rotula de diferentes, submetendo-os à mais simples e crua exclusão, fonte inequívoca

de grande parte do sofrimento que os atinge. *"Estes cem anos ferem, envergonham e criam dívida com a história da humanidade. Eles têm a marca e a identidade do sofrimento humano",* lamenta Cristina. Às vésperas do século XXI, o Brasil detém a nada honrosa posição de país com o maior parque manicomial do mundo, com quase 100 mil pacientes confinados, pouco menos que os 124 mil que já passaram pelo Juquery em seus cem anos de morte. *"O hospital psiquiátrico promove a morte da subjetividade, dos desejos, a morte psíquica oficialmente naturalizada. A segregação e a marginalização daqueles que apresentam sofrimento mental é fruto de uma cultura que não tolera o diferente",* denuncia a fundadora da ONG SOS Saúde Mental.

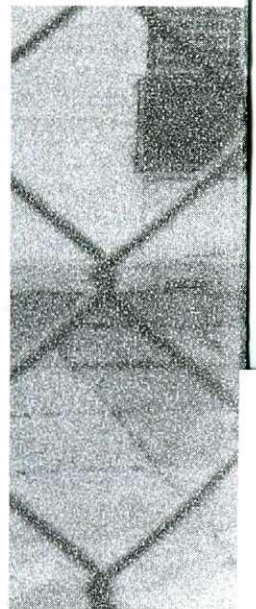
Nem a direção atual do Juquery descarta a ocorrência histórica de maus-tratos dos internos. Urge que o modelo seja substituído e não reformado: este é o lema do Movimento Nacional de Luta Antimanicomial. Hospitais como o Juquery seriam substituídos por uma rede de atenção em saúde mental na comunidade, com unidades básicas de saúde, emergências e enfermarias de saúde mental em prontos-socorros e hospitais gerais, residências terapêuticas, hospitais-dia e centros de convivência e cooperativas ligados ao Sistema Único de Saúde, estimulando a manifestação de subjetividades e o exercício de cidadania dos portadores de sofrimento mental. *"Modelo similar foi implantado na cidade de São Paulo durante a gestão da prefeita Luza Erundina, mas desmontado pelas administrações seguintes, principalmente pelo Plano de Assistência à Saúde - o PAS. Espaços gerais de saúde e a heterogeneidade que proporcionam são terapêuticos para aqueles que estão em tratamento por sofrimento mental,*

ao contrário destes espaços, que conduzem à segregação, exclusão e conseqüente aumento ao sofrimento", diz Cristina.

Hospício e ditadura

O ano em que se comemoram, de um lado, 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e, do lado oposto, cem anos de Juquery e 30 anos do AI-5, não poderia passar impunemente pela história e pela memória. Estes três fatos de marcas indelévels merecem reflexão de todos os que lutam pela democracia, pelo estado de direito, defendem a cidadania e buscam as bases de uma sociedade mais próxima ao ideal de liberdade, fraternidade e igualdade.

"Considerando que o desconhecimento e o desprezo aos direitos do Homem conduziram a atos de barbárie que revoltam a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres para falar e para crer, libertos do terror e da miséria, foi proclamada como a mais alta inspiração do Homem"... A citação, retirada do preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a mesma que em seu artigo terceiro professa que *"todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal",* remete de imediato a outro ponto convergente com a visão de que há mais motivos para luto do que para festa neste centenário do Juquery.



Os devem o que a história Juquery escondeu

**em registro de óbito,
meses e até membros
foram enterrados em
destino no terreno
hospital psiquiátrico**

numa vala clandestina do cemitério de Perus, que fica a apenas 13 quilômetros do manicômio.

Medidas punitivas

Em 2 de agosto de 1968, com o Juquery sob a direção do médico psiquiatra Paulo Fraletti, foi expedido um comunicado que ordenava que "todo o interno que for encontrado com qualquer tipo de arma, improvisada ou não, deverá ser recolhido à cela forte". A instrução informava ainda que o paciente receberia aplicação de uma ampola de esco-polamina de 0,2 mg e deveria ser notificado de que se tratava de "disciplina", e não "terapêutica" essa medida. A substância foi largamente empregada nos campos de concentração nazistas e produz a sensação de morte iminente. Em altas dosagens, causa delírios e amnésia temporária - a pessoa não se lembra do que faz durante o efeito da droga. O médico Paulo Fraletti, justificando a medida, afirmou que "o bromato-hidrato de escopolamina acalma o doente furioso, agitado e perigoso". Os eletro-choques, utilizados até hoje, também eram outra técnica com finalidade punitiva e não terapêutica, o que fere o código de ética de todo

profissional ligado à saúde. A tortura era prática corriqueira.

Este documento e mais dois livros com os nomes de 12.500 pacientes mortos no Juquery entre 1965 e 1989 - que chegaram anonimamente às mãos do deputado Roberto Gouveia, ainda em 1992, quando presidia a CPR dos desaparecidos políticos - foram entregues no ato solene **Juquery - Um Século de Mortes e Impunidades**, ao assessor de Direitos Humanos da Procuradoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo, Carlos Cardoso, em 24 de setembro deste ano, com cópia para a Associação SOS Saúde Mental.

Sepulturas coletivas

Outros livros, com nomes de mais mortos, num total avallado de 33.977 óbitos, teriam sido queimados. "O ato foi escandalosamente atribuído a um

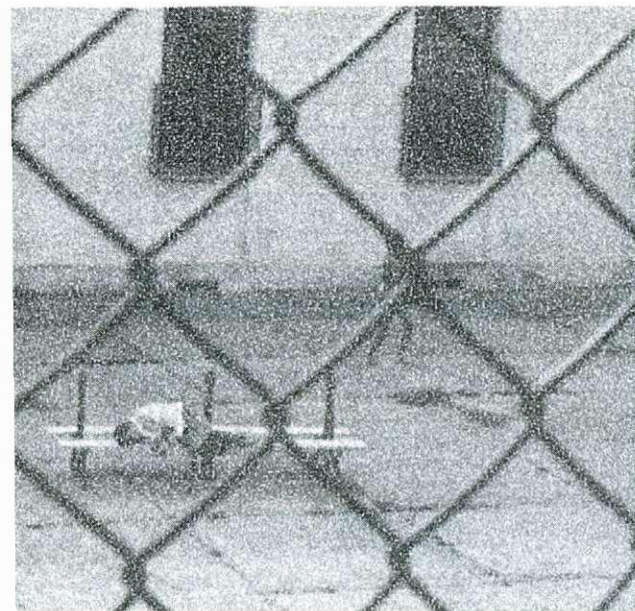
acesso de loucura de um dos internos", salienta Cristina. "No meio destes mais de 30 mil mortos existem dois mil adolescentes, crianças e natimortos, além de grande número de braços e pernas amputados. Espanta-nos a grande quantidade de crianças mortas. Seriam filhos de internas que chegaram grávidas? As crianças podem ser filhas de milhões de situações hipotéticas, mas certamente são, antes de tudo, filhos do abandono, da violência e da promiscuidade institucional. Há inclusive um caso muito significativo: duas crianças de dez dias, registradas como filhas de internas, morreram no mesmo dia e sem atestado de óbito. Nossa pergunta é se seria interessante para a instituição que estas crianças crescessem. Questionamos também a razão de tantas amputações", reforça Cristina.

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, ONG SOS Saúde Mental, Núcleo de Violência da USP, Comissão Teotônio Vilela, Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, Grupo Tortura Nunca Mais, Associação Franco Basaglia, Ordem dos Advogados do Brasil, Núcleo Antimanicomial de Ribeirão Preto, Instituto Sedes Sapientiae, Grupo Maior Idade (Cidade Patriarca), Sindicato dos Servidores Públicos do Município de São Paulo, Faculdade de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo (USP), Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo, Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Núcleo Antimanicomial de Carapicuíba, Conselho de Saúde do Pinel, Laboratório de Estudos em Psicanálise e Psicologia da USP, Conselho Municipal de Saúde e Sindicato dos Servidores de Saúde do Estado de São Paulo; todas entidades que militam na luta antimanicomial, realizaram o ato solene, que contou com as presenças dos parlamentares do PT, os vereadores de São Paulo Adriano Diogo e Carlos Neder, deputado estadual Roberto Gouveia e deputado federal Eduardo Jorge.

O Ministério Público está investigando o que aconteceu com os mortos do Juquery. "Queremos que se faça justiça ao que a história oficial sempre se esforçou por esconder. Há inclusive corpos de pacientes vindos de outras instituições, como delegacias e o Hospital Psiquiátrico Pinel, que deveriam estar em cemitério comum, e não terem ido para o Juquery. Não seria este cemitério um abrigo impune para os atos de tortura e lesa-cidadania?", indaga Cristina Lopes. Embora haja somente 5.201 sepulturas no cemitério oficial, não se sabe quantos corpos podem estar sepultados em cada uma das covas. Antigos funcionários do hospital psiquiátrico, segundo a ONG, relatam a prática de enterrar vários cadáveres na mesma sepultura, numa superposição de corpos.

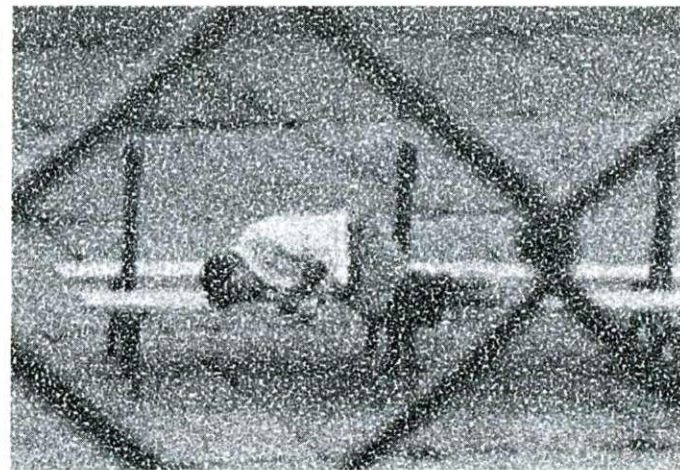
Esperança e Luta

Coordenada pela Associação SOS Saúde Mental e todas as entidades que participaram do ato solene, preocupadas com a defesa dos direitos humanos e da ética, a Comissão de Investigação - oficializada pela Procuradoria Geral de Justiça, inaugura o plantão **SOS Ética e Cidadania**, com sede no CRP-São Paulo, cujo telefone é (011)574-7133. O atendimento é prestado às quartas e sextas-feiras, das 10 às 16 horas. A população poderá informar, denunciar e manifestar interesse em localizar parentes vitimados pelo modelo asilar-manicomial, não só do Complexo do Juquery. "Objetivamos re-significar este cruel capítulo da história brasileira e ampliar as possibilidades assistenciais, jurídicas e culturais de enfrentamento ao sofrimento mental", conclui Cristina.



Houve crescimento espantoso das instituições psiquiátricas durante a ditadura militar. Em 1964, eram 74 manicômios. No final do mais obscuro período da recente história brasileira, o número chegava a 395.

Na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, uma Comissão Parlamentar de Representação (CPR) é instaurada para investigar as conexões entre regime militar e Juquery, a pedido da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Presidida pelo deputado estadual Roberto Gouveia, do PT, a CPR descobre provas concretas da escusa relação: fichas médicas de presos políticos, enquadrados na Lei de Segurança Nacional, são encontradas no arquivo do hospital psiquiátrico, mostrando que o manicômio foi um dos porões da ditadura. Esta mesma Comissão localizou mais de mil ossadas



Quem é quem nas Subsedes

Com a posse da nova Plenária, foram renovadas também as Comissões Gestoras de todas as regiões

Em 26 de setembro de 1998, a chapa *Um Conselho para Cuidar da Profissão* tomou posse na direção do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP), eleita para direcionar os trabalhos nos próximos três anos.

Como objetivo e desafio principal deste período, queremos abrir o Conselho para todos os 40 mil psicólogos do Estado de São Paulo. Por isso, estamos indicando para você quem pode ser procurado, nas subsedes do interior, para obtenção de informações, esclarecimento de dúvidas e encaminhamento de propostas para a sua participação.

Subsede de São José do Rio Preto

Maria José Medina da Rocha
Berto - *Coordenadora*
Fátima Cristina Pita Garcia,
Subcoordenadora
Luis Fernando Garcia, *Membro*
Rua Coronel Spínola de Castro,
3360 - 2º andar - Bl.B Edif.Firenze
Fone: (017) 235.2883 - 235.5047
CEP. 15015-500
E-mail: crpsjrp@zaz.com.br

Subsede de Ribeirão Preto

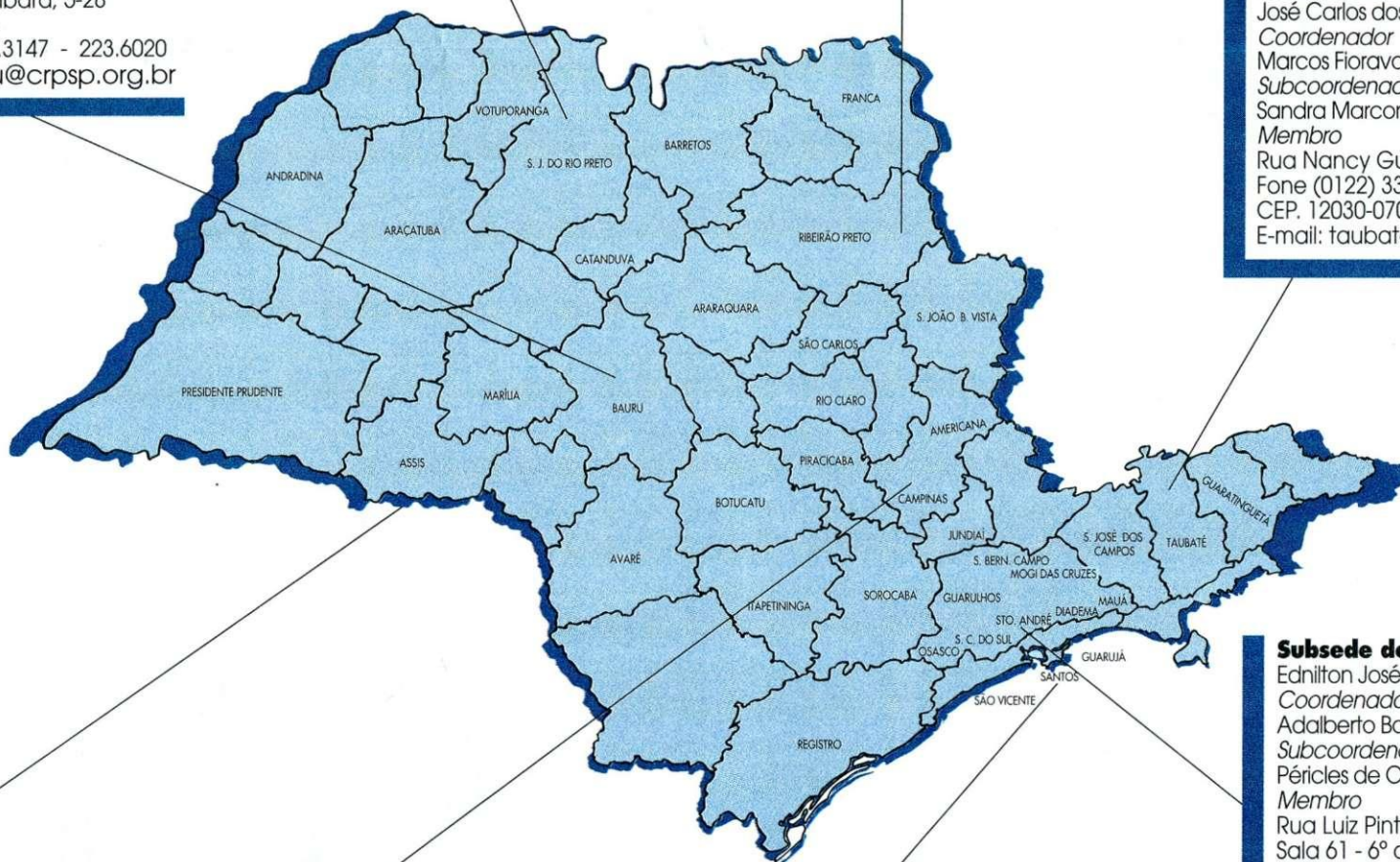
Ana Paula Soares da Silva,
Coordenadora
Eber Fernandes de Matos,
Subcoordenador
Ana Paula Pereira Jardim,
Membro
Rua Thomaz Nogueira Gaia, 168
Fone: (016) 620.1377
CEP. 14020-290

Subsede de Bauru

Bernardete de Lourdes Salles
Baccini - *Coordenadora*
Débora Cristina Fonseca,
Subcoordenadora
Rinaldo Correr - *Membro*
Rua Albino Tâmbara, 5-28
CEP: 17044-230
Fone: (0142) 23.3147 - 223.6020
E-mail: bauru@crpsp.org.br

Subsede de Taubaté

José Carlos dos Santos Pinto,
Coordenador
Marcos Fioravanti Taschetto,
Subcoordenador
Sandra Marcondes da Silva,
Membro
Rua Nancy Guisard, 25
Fone (0122) 33.3867 - 232.9357
CEP. 12030-070
E-mail: taubate@crpsp.org.br



Subsede de Santo André

Ednilton José Santa Rosa,
Coordenador
Adalberto Botarelli,
Subcoordenador
Péricles de Oliveira Prado Filho,
Membro
Rua Luiz Pinto Fláquer, 523
Sala 61 - 6º andar
Fone: (011) 444.4000
CEP. 09010-090
E-mail: crpstata@zaz.com.br

Subsede de Campinas

Florianita Coelho Braga Campos,
Coordenadora
Eliana de Moura Silveira,
Subcoordenadora
Elisabete Gonçalves Zuza,
Membro
Rua Frei Manoel da Ressureição,
1251 - Fone: (019) 243.7877
241.8516 - 243.6796
CEP. 13073-021
E-mail: campinas@crpsp.org.br

Subsede de Santos

Carla Bertuol, *Coordenadora*,
Márcia Cabral Meireles,
Subcoordenadora
Zuleika Fátima Vitoriano Oliván,
Membro
Rua Martin Francisco, 225
Fone: (013) 235.2324 - 323.8115
CEP. 11015-480
E-mail: crpststo@zaz.com.br

Subsede de Assis

Elcimara Meire da Rocha
Mantovani, *Coordenadora*,
Valéria Castro Alves Cardoso
Penachini, *Subcoordenadora*
Maria Cristina Dias, *Membro*
Rua Osvaldo Cruz, 47
Fone: (018)322.6224 - 322.3932
CEP: 19800-000 - ASSIS/SP
E-mail: assis@crpsp.org.br

Plano de ação do Conselho

Plenária define prioridades

Logo após os resultados das eleições no CRP-São Paulo, iniciamos o Plano de Ação que irá nortear nosso trabalho nesses três anos de gestão. Sob a coordenação da socióloga Zenaide Sachet, da Escola de Governo da Unicamp, realizamos as Oficinas de Planejamento Estratégico entre 10 e 12 de outubro, em Itapeverica da Serra, produzindo um corpo articulado de frentes de trabalho.

Optamos por trabalhar com *Planejamento Estratégico Situacional*, cuja metodologia pedagógica instrumentaliza os sujeitos de um plano para situá-los em um cenário social – visto como processo dinâmico, no qual diversos atores articulam-se em torno de objetivos e interesses diferenciados e conflitantes, disputando a realização de seus projetos numa perspectiva de classe social.

Com esta metodologia, planejar torna-se a capacidade de desenhar cada jogada estratégica necessária para atingir os objetivos de um jogo; trabalhar com a previsibilidade dos riscos e 'surpresas', minimizar impactos, reconhecer aliados e opositores, estabelecer parcerias, definir responsabilidades e metas, qualificar-se para a ação.

AS QUATRO JOGADAS

As oficinas de Planejamento Estratégico transcorreram em quatro momentos:

1. descrição dos principais problemas para o gerenciamento do CRP-São Paulo;
2. geração de rede diagnóstica dos determinantes destes problemas;
3. identificação dos 'nós críticos' ou grandes centros de intervenção para o desenvolvimento do plano de gestão;
4. desenho das operações necessárias para os exercícios dos projetos de ação.

NOSSO PLANO EM AÇÃO

O problema central do CRP-São Paulo foi descrito pelos participantes do planejamento. A participação do psicólogo no Conselho é baixa e fragmentada frente às demandas da sociedade. Foram identificados vários 'nós críticos' a serem superados para que esta gestão possa instituir a participação integrada, ativa e ampliada do psicólogo. Assim, ele será capaz de responder às demandas sociais, fazendo do CRP-São Paulo seu espaço de referência profissional e cidadã. Para isto, nosso maior desafio, assumido na construção do plano, é estimular a abertura do CRP para todos os psicólogos.

Foram normatizadas operações que possibilitem a inclusão dos psicólogos de todas as áreas de atuação profissional nas atividades do CRP-São Paulo, por meio da criação de espaços de debate e de comissões permanentes de trabalho, que aglutinem a categoria para repensar a realização de eventos e a disponibilização de recursos organizativos de suas demandas específicas.

Uma política de comunicação descentralizada, interativa e continuada cuidará de divulgar as ações do CRP-São Paulo e franquear o acesso do psicólogo à sua entidade, integrando projetos e políticas inter-regionalmente, ampliando o contato entre sede e subsedes.

Como exemplo desta nova diretriz comunicacional, o lançamento do *Projeto Diálogos* estabelece três vias simultâneas de comunicação com o psicólogo. A primeira é a própria entrevista realizada com o psicólogo Antonio Lancetti, no auditório da nova sede, que marcou o início do projeto. A segunda via consiste na publicação da entrevista nesta edição do Jornal do CRP-São Paulo e a terceira são as fitas de vídeo com a íntegra do encon-

tro, que está disponível para quem estiver interessado em assistir. Estas fitas passam a fazer parte do acervo de história atual do pensar-fazer Psicologia.

Reconhecendo como nó crítico também a inexistência de canal efetivo de 'escuta' da categoria, esta gestão processa a reavaliação e o redimensionamento do *Centro de Orientação*, que buscará transformar orientações individualizadas e fragmentadas às demandas pontuais do psicólogo em intervenções e projetos coletivos, para a capacitação da categoria e qualificação da Psicologia enquanto profissão e instrumento de transformação social. (*Leia matéria específica sobre o Centro de Orientação na página 11 desta edição*).

A valorização dos aspectos tecnicistas e individualizantes na formação profissional do psicólogo também será objetivo de intervenção desta gestão, que investirá na articulação de fóruns inter-institucionais e parcerias, para a definição de diretrizes curriculares e práticas de ensino voltadas para a produção do conhecimento transdisciplinar, integral e qualificado para o exercício profissional crítico sobre as demandas emergentes da sociedade.

Ações que integrem parcerias solidárias com outras entidades, objetivem a expressão da cidadania e defendam os direitos humanos – sejam eles sociais, trabalhistas ou políticos – também foram elencadas, como operações que superem a desvinculação entre o compromisso técnico e político do CRP-São Paulo, recolocando nossa entidade numa representação consistente da Psicologia, como ferramenta de construção e defesa social.

Por fim, mas não menos importante, a reformulação de um projeto administrativo para o CRP-São Paulo foi identificada como operação fundamental para oferecer suporte organizacional e infra-estrutura à proposta geral de trabalho, otimizando e racionalizando fluxos e recursos para a efetivação das ações que cuidem de gerir um Conselho criativo, aberto e participativo.

COMISSÕES DE TRABALHO

Além das Comissões técnicas e administrativas regimentais, o Planejamento Estratégico definiu dez comissões de trabalho, abertas à categoria, grupos e parceiros afins.

Como prioridades imediatas foram definidas as instalações das Comissões de Direitos Humanos, Criança/Adolescente e Família, Educação, Saúde, Saúde Mental e Comissão de Luta Antimanicomial. Todas já deram início às suas respectivas atividades de trabalho. A médio prazo, serão instaladas Comissões de Recursos Humanos, Avaliação Psicológica, Relações de Trabalho e Mercado e Sistema Prisional/Judiciário.

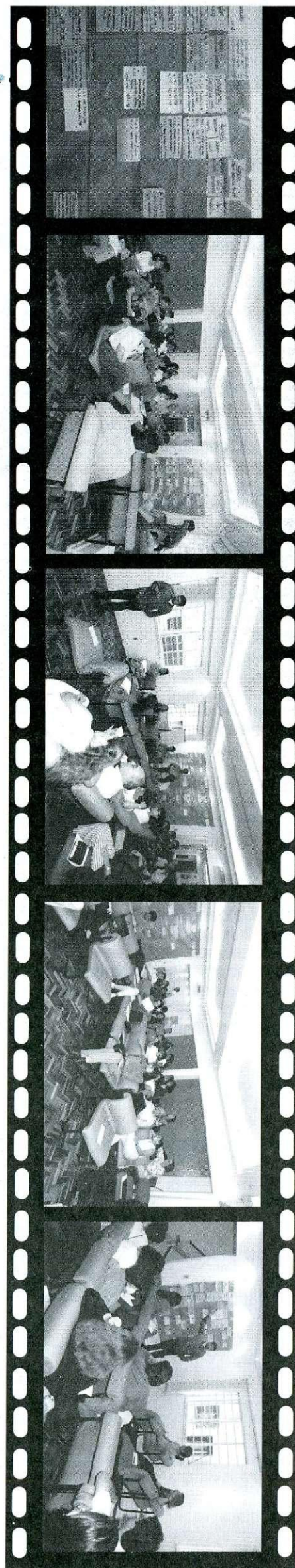
Como diretriz do Planejamento Estratégico, o CRP-São Paulo abre-se também para novas frentes de trabalho necessárias à categoria e a parceiros estratégicos da sociedade, dispondo seus recursos para a organização destas demandas.

PRÓXIMOS PASSOS

Este método de planejar continuado fecha sua primeira fase, colocando-se diante da avaliação permanente de seus objetivos e à governabilidade do plano, frente às novas situações da conjuntura social.

A participação de todos – de cada psicólogo – é sempre determinante na formulação de novas jogadas estratégicas. Também é essencial para a concretização das propostas desenhadas neste primeiro momento.

Venha conosco transformar este plano em ação!



CRP-São Paulo define orçamento do Programa de 1999 e aprova contas de 1998

Conselho estabelece política para inadimplentes em Assembléia Ordinária

Os psicólogos reunidos na Assembléia Geral Ordinária realizada na sede do CRP-São Paulo, em 31 de outubro de 98, aprovaram por unanimidade a prestação de contas deste ano e o orçamento de 1999. Os demonstrativos de receitas e despesas para 1999 foram apresentados pelo Conselheiro Tesoureiro, Rogério Izidro Duran.

O valor da anuidade foi fixado, por unanimidade, em R\$ 111,00 e ficou acordado que o pagamento poderá ser feito à vista, com desconto de 4,76% para quem efetuar-lo até 31 de janeiro de 99. Aqueles que optarem pela quitação até 28 de fevereiro terão desconto de 2,32%. A outra opção é parcelar em três pagamentos de R\$ 37,00, vencimentos em 31/1, 28/2 e 31/3 de 99. Neste valor está embutida a contribuição de R\$ 2,00, para o fundo de apoio às seções estaduais de outros conselhos.

Vale salientar que a anuidade é fixada com parâmetro na lei que regulamenta os conselhos e tem padrão definido anualmente

te pela Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras (Apaf). O CRP-São Paulo optou por reduzir a anuidade, que em 98 era de R\$ 120,00. Este fato demonstra nosso compromisso com a categoria, a garantia de que a anuidade subsidiará as ações previstas no planejamento estratégico e a manutenção de toda a estrutura técnica e administrativa do CRP-São Paulo.

POLÍTICA PARA INADIMPLENTES

Os psicólogos que estão em débito com o Conselho receberão carta com informações a respeito das formas de pagamento e negociação da dívida. O CRP-São Paulo está implementando o parcelamento do saldo devido, com o objetivo de melhorar as condições de pagamento.

O parcelamento poderá ser feito entre duas e 12 vezes. A regularização da situação fiscal junto ao CRP-São Paulo é condição necessária para o exercício profissional, de acordo com a lei 5766/71.

ANUIDADE 1999	
Discriminação	Reais
Anuidade de Pessoa Física	111,00
Data de pagamento	
29/1/99 desconto de 4,76%	105,72
26/2/99 desconto de 2,32%	108,43
31/3/99 sem desconto	111,00
ou em 3 parcelas iguais com vencimentos em 29/1, 26/2 e 31/3/99	37,00
Anuidade de Pessoa Jurídica de acordo com o Capital Social	
até 21.500,00	111,00
de 21.501,00 a 107.500,00	166,00
de 107.501,00 a 215.000,00	221,00
de 215.001,00 a 1.075.000,00	276,00
de 1.075.001,00 a 2.150.000,00	331,00
de 2.150.001,00 a 4.300.000,00	386,00
acima de 4.300.000,00	441,00
Parcelamento de Débito (Inadimplência)	
valor do débito em R\$	parcelamento em até (vezes)
41 a 80	2
81 a 120	3
121 a 160	4
161 a 200	5
201 a 240	6
241 a 280	7
281 a 320	8
321 a 360	9
361 a 400	10
401 a 440	11
acima de 440	12

Sustentação político-financeira do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo

Em 28 de novembro, o Sindicato realizou a Assembléia Geral Ordinária dos Psicólogos. Foram apresentadas e aprovadas as contas do ano fiscal de 98, bem como o Orçamento Programa para 99. A categoria votou e aprovou os valores da Contribuição Confederativa e do Imposto Sindical, que formarão a Receita Financeira para a sustentação das políticas sindicais para o próximo ano.

A conjuntura que se avizinha impõe uma ação sindical ofensiva na defesa do emprego e salário, na garantia constitucional dos direitos trabalhistas e de reconhecimento e valorização da nossa profissão.

Todos os psicólogos estarão recebendo um boletim informativo com nossas propostas de ação sindical para o ano de 1999, em cuja execução serão utilizados os recursos oriundos das contribuições ao lado descritas.

Sindicato dos Psicólogos
no Estado de São Paulo

CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA	
Valor	R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais)
Vencimento	31/01/1999
Pagamento com desconto de 5%	até 31/12/1998
Pagamento posterior a 31/01/1999	multa de 2% + juros e correção monetária
OBS: Os sindicatos estão autorizados, por Disposição Constitucional, a promover a cobrança da Contribuição Confederativa, existindo, no entanto, controvérsias quanto à obrigatoriedade do pagamento e à incidência da referida contribuição	

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	
Valor	R\$ 36,00 (trinta e seis reais)
Vencimento	28/02/1999
Pagamento posterior a 28/01/1999	multa de 2% + juros e correção monetária
OBS: Popularmente conhecido como Imposto Sindical, este tributo está previsto na CLT - Consolidação das Leis do Trabalho. A obrigatoriedade de pagamento estende-se a todos os trabalhadores. Parte de sua arrecadação (20%) é destinada à Justiça do Trabalho e, note-se, o psicólogo poderá optar por pagá-lo por meio do boleto enviado pelo sindicato ou por desconto automático em folha de pagamento. Na verdade, oferece-se uma opção de pagamento pelo menor valor. Se escolher pagar o boleto do sindicato, uma cópia (não precisa ser autenticada) deverá ser entregue em tempo hábil ao Departamento de Pessoal da empresa empregadora.	

COMISSÃO TRANSFORMA COMUNICAÇÃO DO CRP-SÃO PAULO

Depois de diagnosticado no Planejamento Estratégico (leia mais na matéria da página 9) que um dos principais problemas do CRP é a má qualidade de comunicação entre a categoria e dela com o Conselho, visando a dinamizar este fluxo de comunicação, a Comissão foi formada e processa a remodelagem de todos os veículos que fazem esta ponte.

O primeiro passo pode ser verificado nesta edição do *Jornal do CRP-São Paulo*, em fase de reestruturação gráfica e editorial. A *home page* do Conselho também será modificada, com o objetivo de fornecer mais informações e facilitar a navegação por todo o *site*.

PORTE DE ARMAS: PROBLEMA OU SOLUÇÃO?

Foi reaberto o prazo para o recredenciamento e novos credenciamentos de psicólogos e clínicas que desejem prestar serviços de avaliação que atestem "aptidão psicológica", para o porte de armas.

O assunto vem gerando polêmica por causa dos aspectos éticos que envolve. Por isto, o CRP-São Paulo pretende reavivar a questão e o debate, pautando-os em caráter urgente na agenda da Comissão de Avaliação Psicológica, instalada em dezembro de 98. A Comissão informará e convocará os psicólogos credenciados para a reunião a ser agendada no início do próximo ano.

CENTRO DE ORIENTAÇÃO: INVESTIMENTO NECESSÁRIO

O Centro de Orientação, precioso ponto de contato entre a categoria, vem sendo estudado atentamente. As diferentes demandas que nos chegam por parte dos profissionais tornam visíveis as dificuldades encontradas no enfrentamento de situações complexas, consequência da maior inserção do psicólogo em espaços nos quais não era reconhecido. Ao mesmo tempo, indicam a importância do Conselho como interlocutor na construção do papel social do psicólogo, que se faz nas práticas cotidianas.

As demandas devem ser respondidas em suas especificidades e originar ações coletivas, constituindo novos grupos de trabalho e aprofundando as discussões éticas. A meta é estabelecer a articulação entre o Centro de Orientação e as Comissões, em especial as de Ética e de Comunicação.

Homenagem

ANA LÚCIA JACKSON

Comunicamos o falecimento de nossa querida amiga e colega Ana Lúcia Jackson, em 7 de março de 98, que prestou grande contribuição à área social da profissão. Formou-se pela USP em 1980 e em Psicanálise pelo Instituto Sedes Sapientiae. Foi conselheira na gestão 89-92 do CRP-São Paulo e é uma das autoras do Caderno de Psicologia *Inserção do Psicólogo na Rede Básica de Saúde*. Trabalhou no Serviço Público de Saúde do Estado e na Prefeitura de São Paulo, participando ativamente das lutas da categoria. Lamentamos a carreira interrompida precocemente.

OSWALDO DE BARROS SANTOS

Membro do Conselho Federal de Psicologia, fundador da Clínica Psicológica da PUC-SP, referência obrigatória na história da criação e desenvolvimento do conceito e função do orientador vocacional brasileiro, o psicólogo e professor Oswaldo de Barros doutorou-se em Psicologia na USP em 1970. Na década de 50, criou o serviço de seleção de alunos por meio de análises psicológicas de Carl Rogers. Deixou publicados cinco livros e mais de 60 artigos. Faleceu aos 79 anos em Rio Claro, em junho deste ano.

Agenda

CLÍNICA DA PUC

A Clínica Psicológica Ana Maria Poppovic, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), oferece serviço de apoio psicológico a crianças de 7 a 12 anos portadoras de diabetes.

Complementação curricular com prática clínica em várias linhas.

Inscrições abertas.

Mais informações pelos telefones:
(011) 3670-8040 / 3670-8041

LUGAR DE VIDA

A Pré-Escola Terapêutica Lugar de Vida da USP oferece os seguintes cursos em 99: Pós-Graduação Lato Sensu *Tratamento e Escolarização das Crianças com DGD*, Especialização *Psicanálise e Educação*, Atualização *Psicose e Autismo na Infância*, Atualização *Medicina e Psicanálise na Clínica Infantil* e Atualização *Leitura de Freud*

Inscrições e informações pelo telefone (011) 818-4386
Fax (011) 818-4475
Pager (011) 253-4545 código 105238

II CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE PSICODRAMA

A Federação Brasileira de Psicodrama - Febrap realiza o II Congresso Ibero-Americano de Psicodrama entre 21 e 25 de abril de 99, em Águas de São Pedro. O tema é *Psicodrama: Filosofia, Clínica, Arte?*

Mais informações pelo telefone
(011) 814-9470/815-4319
Fax (011) 210-6419
e-mail: sh@diadata.com.br

I CONGRESSO NORTE NORDESTE

DE PSICOLOGIA - V SEMANA BAIANA DE PSICOLOGIA

O Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Bahia e o Conselho Regional de Psicologia - 3ª Região promovem o I Congresso Norte Nordeste de Psicologia e a V Semana Baiana de Psicologia, entre 27 e 30 de maio de 99, cujo tema principal será *Desafios da Contemporaneidade e Contextos Culturais*.

Mais informações pelo telefone
(071) 247-6716
e-mail: conpsi99@ufba.br
home page:
<http://www.ufba.br/~conpsi99>

HUMANIDADES 2000

O Projeto *Humanidades 2000* está com inscrições abertas para a formação de novas turmas nos cursos: A Clínica dos Problemas de Aprendizagem com Base na Teoria de Sara Pain, Introdução à Prática com Livros e Leitura na Primeira Infância, Introdução à Psicologia Social de Pichon-Rivière e Apresentando Alguns Conceitos Psicanalíticos à Luz do Cinema

Mais informações pelo telefone:
(011) 3115-3799 das 14 às 18h

SEDES SAPIENTIAE

O Instituto Sedes Sapientiae oferece, em 99, cursos de Especialização e Aperfeiçoamento em diversas áreas.

Mais informações pelo telefone
(011) 3873-2314
e-mail: sedes@sedes.org.br
home page:
<http://www.sedes.org.br>

COGEEA - PUC-SP

A Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da PUC-SP - Cogeeae oferece os cursos de Psicopedagogia, Formação em Psicodrama, Psicologia Clínica - Teoria Psicanalítica, Psicologia e Saúde: Psicologia Hospitalar.

Mais informações pelo telefone
(011) 3873-3155
e-mail: cogeeae@cogeeae.pucsp.br
home page:
<http://cogeeae.pucps.br>

II ENCONTRO SOBRE PSICOLOGIA CLÍNICA

O Curso de Psicologia da Universidade Mackenzie, por meio da Clínica Psicológica, promove o II Encontro de Psicologia Clínica, entre 13 e 15 de maio de 99.

Mais informações pelo telefone
(011) 236-8349 / 236-8451
psicoclinica@mackenzie.br

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU E MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM PSICODRAMA

A Associação Brasileira de Psicodrama e Sociodrama - Sbps está com as inscrições abertas para os Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e Mestrado Profissionalizante em Psicodrama.

Mais informações pelos telefones
(011) 571-2602 / 575-5994

CURSOS DA SOCIEDADE RORSCHACH DE SÃO PAULO

A Sociedade Rorschach de São Paulo recebe inscrições para os Cursos de Especialização no Método de Rorschach.

Mais informações e inscrições pelo telefone (011) 289-2067, das 17 às 21h

EPPA

A Escola Paulista de Psicologia Avançada - Eppa está com inscrições abertas para os cursos de 99, que começam em fevereiro e têm duração de um ano, em diversas áreas de concentração.

Mais informações pelo telefone
(011) 215-3268/fax (011) 273-9776
e-mail: asp2000@sol.com.br

Informe Publicitário

CURSO DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM EM PSIQUIATRIA E PSICOTERAPIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

IPPIA - Instituto de Psiquiatria e Psicoterapia da Infância e Adolescência

Direção:
Dra. Amélia Thereza de Moura Vasconcellos
Psiquiatra e Psicanalista

Curso de Formação e Reciclagem em Psiquiatria e Psicoterapia de Crianças e Adolescentes.

Destinado a médicos e psicólogos, com duração de dois anos e carga horária de 10h/semana (às terças e/ou sextas-feiras - manhã e tarde).

Início em março de 99.

Disciplinas práticas, supervisão clínica e fundamentação teórica. Integração Bio-Psicossocial da Personalidade, Psicopatologia Infanto-Juvenil, Técnica Diagnóstica e Terapêutica com referencial psicanalítico.

INFORMAÇÕES:

Alameda Santos, 2384 sl. 1 e 2
telefone/fax (011) 282-0180 / 883-1538

Criação da Abep é decidida em encontro

Durante a XXVIII Reunião Anual de Psicologia, realizada entre 27 e 31 de outubro, em Ribeirão Preto, ocorreu um encontro coordenado pelo Fórum das Entidades (integrado pelo Conselho Federal de Psicologia - CFP, Associação Nacional de Pós-Graduação em Psicologia - Anpepp, Sociedade Brasileira de Psicologia - SBP, Encontro Nacional dos Estudantes de Psicologia - Enep e Federação Nacional dos Psicólogos - Fenapsi), do qual participaram representantes de universidades públicas e privadas de todo o País, Conselhos Regionais de Psicologia de vários Estados, Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo - Sinpsi/SP, além das próprias entidades que promoveram o encontro. Foi discutida a fundação da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - Abep. À exceção da SBP, todos votaram a favor da proposta de criação, que foi aprovada. A iniciativa tem como principal mérito trazer à cena atores que possam somar, colaborar e pensar conjuntamente em como melhorar o ensino de Psicologia, em todos os estágios e níveis.

No encontro também foi decidida a formação da Comissão Gestora de Transição, que organizará as discussões sobre os estatutos da Abep -

fase seguinte ao funcionamento da associação. Em 29 de novembro, houve reunião telefônica para deliberação a respeito das formas de organização e funcionamento da própria Comissão. Está sendo organizada a agenda de atividades em todo o Brasil, para dar início aos debates sobre os estatutos. A proposta de estatuto do Fórum de Entidades está disponível no site do Conselho Federal de Psicologia (<http://www.psicologia-online.org.br>). Entre 27 e 30 de maio de 1999, novo encontro, no I Congresso Norte-Nordeste de Psicologia, em Salvador (BA), deverá marcar uma discussão mais aprofundada e a aprovação deste estatuto.

De acordo com a Minuta de Estatuto proposta pelo Fórum de Entidades, a Abep tem como objetivo estimular a troca de informações sobre atividades e problemas que possam resultar no aperfeiçoamento do ensino de Psicologia. Também deverá coordenar informações e coligir dados sobre o mercado de trabalho e experiências educacionais de formação em Psicologia, além de alargar as aplicações do conhecimento, que possam auxiliar na solução de questões nacionais, e fomentar a qualificação dos cursos de Psicologia. Todos os psicólogos são peças importantes desta luta.

Próxima fase da instalação da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia prevê discussões nacionais sobre os estatutos

Cultura



Revista

O CRP-São Paulo lançará uma revista com o objetivo de registrar e debater experiências significativas da Psicologia, já que os profissionais atuam em diversas áreas e desenvolvem projetos, pesquisas e estudos que merecem e precisam ser publicados, debatidos e divulgados. A revista virá a preencher importante lacuna para a irradiação de nossos trabalhos. Desde já convidamos você a enviar relatos de práticas inovadoras, em especial nas áreas de Saúde, Educação, Criança, Adolescente e Família, Direitos Humanos, Formação, RH e Organizacional, Relações de Trabalho e Mercado, Avaliação Psicológica, Sistemas Judiciário e Jurídico.

Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano

Centro de Estudos de Crescimento e Desenvolvimento do Ser Humano

volume 7
número 1, janeiro-julho 1997

Artigos

- *Cidade e Saúde: A Organização do Tempo e do Espaço no Oriente e no Ocidente*
- *Você Conhece seus Filhos? Análise de um Discurso da Mídia*
- *Representações de Saúde e Doença de um Grupo de Mulheres Residentes em Bairros da Periferia de Belo Horizonte (1994-1996)*
- *A Casa como Símbolo: A Re-*

lação Mãe-Criança

- *Práticas de Educação da Criança na Família: A Emergência do Saber Técnico-Científico*
- *Arranjos Espaciais e Agrupamentos de Crianças Pequenas em Creches*
- *A Creche e as Mulheres Trabalhadoras no Brasil*
- *Aspectos de Saúde na Rotina da Creche e o Papel do Cuidador da Criança: Relato de Experiência*

Mais informações sobre a Revista Faculdade de Saúde Pública - USP (011) 3061-3572 / 3066-7775

e-mail:

neusagso@usp.br

home page:

<http://www.usp.br/fsp/CDH.HTM>

LIVROS

Relações entre Afetividade e Cognição: de Moreno a Piaget
Mariângela Pinto Fonseca Wechsler
Editora Annablume - 112 páginas

Estudo sobre as correlações entre a Teoria do Desenvolvimento Cognitivo de Jean Piaget e a Teoria Psicodramática de Jacob Levy Moreno que explicita a possibilidade de aproximação entre os períodos de desenvolvimento cognitivo com as etapas e fases da Matriz de Identidade, já que os autores apóiam pressupostos na relação dialética entre sujeito e mundo. Com a sistematização, a autora elucida uma compreensão mais global do processo de construção da conduta do indivíduo.

Existência ≠ Essência - Desafios Teóricos e Práticos das Psicoterapias Relacionais

Walter Ribeiro
Editora Summus - 112 páginas
R\$ 13,00

O livro aborda o tema da existência humana e suas vicissitudes, penetrando no âmago dos relacionamentos, conflitos e seqüelas que deixam. O autor analisa o inevitável dilema do homem como ser social: o confronto entre o mundo que deseja construir e o mundo que já encontra pronto, propondo uma nova solução para o conflito. Baseado nas psicoterapias relacionais, ele sugere a inversão do nosso modelo de relação com o mundo, de modo a torná-la construtiva e criativa. A fé e a confiança nas potencialidades e responsabilidades mútuas são apontadas como caminhos para os relacionamentos humanos.

Processo, Diálogo e Awareness - Ensaio em Gestalt-Terapia
Gary M. Yontef
Editora Summus - 416 páginas
R\$ 39,00

Gary Yontef é um dos expoentes da nova geração de Gestalt-Terapia e sua obra, especialmente adaptada para a edição brasileira, reúne uma série de artigos que buscam aprofundar e equacionar algumas questões básicas. Yontef aborda aspectos teóricos que remontam às raízes do pensamento gestáltico, procurando analisá-lo à luz de conceitos científicos modernos, bem como situar o método em relação a outras abordagens atuais. Examina também a prática da Gestalt-Terapia, reafirmando a importância da relação dialógica, como aspecto fundamental para o estabelecimento de relações terapêuticas saudáveis e bem-sucedidas. Em estilo claro e didático, o livro permite acompanhar a evolução do pensamento do autor durante três décadas.

Julieta e Julieta
Fátima Mesquita
Editora GLS - 144 páginas
R\$ 16,00

Os contos reunidos neste volume são histórias de amor entre mulheres brasileiras, contadas como elas de fato acontecem. São jogadoras de basquete, donas de lojas, artistas, médicas e vendedoras que se apaixonam umas pelas outras. São casadas com homens, com mulheres, estão se envolvendo pela primeira vez com outra mulher. São histórias de amor consumado, feliz e bem vivido.



Cineclube

O CRP-São Paulo criará um Cineclube para discutir a relação entre Psicologia e Cinema, com o objetivo de propiciar aos psicólogos acesso facilitado a filmes que abordem temas importantes para a profissão, bem como promover debates e palestras a respeito das fitas exibidas. Estabeleceremos agenda de sessões, que serão abertas a todos. Envie sua sugestão.